



Estratégia
Carreira Jurídica

3º SIMULADO

TJSC

CARTÓRIOS

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso para outorga de delegações de serviços notariais e registrais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC).
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso, a Fundação Getúlio Vargas.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-Cartórios-20-12>



Cartão de Respostas								
1		21		41		61		81
2		22		42		62		82
3		23		43		63		83
4		24		44		64		84
5		25		45		65		85
6		26		46		66		86
7		27		47		67		87
8		28		48		68		88
9		29		49		69		89
10		30		50		70		90
11		31		51		71		91
12		32		52		72		92
13		33		53		73		93
14		34		54		74		94
15		35		55		75		95
16		36		56		76		96
17		37		57		77		97
18		38		58		78		98
19		39		59		79		99
20		40		60		80		100

PROVA OBJETIVA**TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS
E REGISTRAIS**

Juliana Chevônica

01. De acordo com o que dispõem as normas gerais do TJSC sobre as serventias extrajudiciais, assinale a alternativa correta.

- a) É permitida a adoção de nome fantasia ou logomarca, e pode constar, em menor destaque e logo abaixo da identificação da serventia, o nome do notário ou oficial de registro e as atribuições legais.
- b) Os registros civis de pessoas naturais poderão optar pela inclusão do registro de interdições e tutelas.
- c) A regra de identificação da serventia não precisa ser necessariamente reproduzida em site da internet.
- d) Quando a serventia concentrar mais de uma atividade, as denominações poderão ser agrupadas e serão acompanhadas da indicação da comarca, da circunscrição, do município ou do subdistrito, dependendo do caso. Assim, caso cumule as especialidades de Notas e Protesto, a serventia deverá adotar "Tabelionato de Notas e Protesto da comarca de...".
- e) As escriturarias de paz poderão adotar, logo abaixo da identificação oficial, os dizeres "Tabelionatos de Notas e Registro Civil de Pessoas Jurídicas".

02. A respeito dos cadastros da Serventia, disponíveis no acesso restrito do Portal do Extrajudicial. Sobre elas, é incorreto afirmar:

- a) As informações incluem o quadro funcional do delegatário e respectivas alterações, com indicação do responsável, substituto, escreventes substitutos, escreventes e auxiliares.
- b) As informações deverão ser atualizadas no prazo de 5 (cinco) dias das alterações realizadas.
- c) As informações incluem os dados gerais da serventia e histórico dos livros obrigatórios constantes do acervo.

d) A estrutura da tecnologia da informação está no rol obrigatório de informações a ser prestadas.

e) As informações constantes do sistema de cadastro, também fiscalizadas pelo juiz corregedor permanente mediante perfil específico de acesso à área restrita, poderão ser consultadas pelos demais órgãos administrativos do Poder Judiciário.

03. Em relação aos atos notariais eletrônicos, não é de competência exclusiva do Tabelião de Notas:

- a) A materialização, a desmaterialização, a autenticação e a verificação da autoria de documento eletrônico.
- b) A manutenção do Cadastro Único de Clientes do Notariado - CCN.
- c) Reconhecer as assinaturas eletrônicas apostas em documentos digitais.
- d) Autenticar a cópia em papel de documento original digitalizado e autenticado eletronicamente perante outro notário.
- e) Realizar o reconhecimento da firma como autêntica no documento físico, devendo ser confirmadas, por videoconferência, a identidade, a capacidade daquele que assinou e a autoria da assinatura a ser reconhecida

04. O Provimento 88 versa sobre a dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles a serem adotados pelos notários e registradores, visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, previstos na Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, e do financiamento do terrorismo, previsto na Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016, e dá outras providências. Sobre ele, é correto afirmar.

a) Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, conforme critérios estabelecidos neste capítulo, será efetuada comunicação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF no dia útil seguinte

ao término do exame da operação ou proposta de operação.

b) O exame de operações ou propostas de operações que dependem de análise será concluído em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da operação ou proposta de operação.

c) O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informará à Corregedoria-Geral de Justiça estadual ou do Distrito Federal, até o dia 10 dos meses de dezembro e junho, a inexistência, nos seis meses anteriores, de operação ou proposta de operação passível de comunicação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF

d) Poderá ser negada a realização de um ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos estipulados no Provimento.

e) O exame de operações ou propostas de operações que independem de análise será concluído em até 60 (sessenta) dias, contados da operação ou proposta de operação.

05. Não deverá ser mantido em local destacado, de fácil acesso e ampla visibilidade ao público, em mural físico ou eletrônico:

a) A relação dos atos gratuitos ou com redução de valores.

b) O cartaz do selo de fiscalização.

c) Tabela de emolumentos dos atos praticados pela serventia.

d) A indicação de serviço próprio de ouvidoria ou atendimento pessoal para o recebimento de dúvidas, críticas, elogios ou sugestões.

e) A indicação de que a serventia dispõe de legislação para consulta, bastando solicitar a um atendente.

06. De acordo com a Lei Complementar 755/2019 do Estado de Santa Catarina e com a Lei n. 10.169/2000, é correto afirmar:

a) Os emolumentos têm por base de cálculo a prestação de serviço de notas ou de registro e serão devidos pelo sujeito passivo a partir do requerimento do serviço.

b) O valor do serviço corresponderá ao que consta na tabela vigente na data da prática do

ato, contanto que não tenha sido realizado o depósito parcial dos emolumentos.

c) Nenhum valor adicional será devido pela transcrição de alvará, talão de tributo, certidão fiscal, expedição de guia, recolhimento de tributo, registro ou arquivamento de procuração, ou qualquer documento necessário à perfeição do ato.

d) O valor dos emolumentos não compreende o traslado e as publicações.

e) Não são isentos do pagamento de emolumentos a União, o Estado de Santa Catarina e seus municípios.

07. São infrações disciplinares que sujeitam os notários e os oficiais de registro às penalidades dispostas na Lei n. 8.935/1994, exceto:

a) A conduta atentatória às instituições notariais e de registro.

b) A cobrança acima da tabela de emolumentos quanto se tratar de ato urgente.

c) A violação de sigilo profissional.

d) Atender prioritariamente as requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo.

e) A inobservância das prescrições legais ou normativas.

08. A respeito da publicidade dos registros, é incorreto afirmar:

a) Os oficiais e os encarregados das repartições em que se efetuam registros são obrigados a lavrar certidão do que lhes for requerido.

b) A certidão em inteiro teor têm restrições em relação à publicidade e não pode ser obtida por qualquer pessoa.

c) As certidões extraídas dos registros públicos deverão ser fornecidas obrigatoriamente em papel e mediante escrita que permitam a sua reprodução por fotocópia, ou outro processo equivalente.

d) O acesso ou envio de informações aos registros públicos, quando forem realizados por meio da rede mundial de computadores

(internet) deverão ser assinados com uso de certificado digital, que atenderá os requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP.

e) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou funcionário o motivo ou o interesse no pedido.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Paloma Schwab

09. Conforme regras do Código de Normas do Estado de Santa Catarina a respeito do pedido de conversão de união estável em casamento, é correto afirmar:

a) É indispensável a indicação da data do início da união estável.

b) No edital não é necessário mencionar de que se trata de conversão de união estável em casamento.

c) Deverá haver espaços destinados no assento à data de celebração, ao nome e à assinatura do presidente do ato e às assinaturas dos companheiros e das testemunhas.

d) O processo de habilitação iniciar-se-á com a declaração dos conviventes de que mantêm convivência duradoura, pública e contínua, estabelecida com objetivo de constituição de família, sem a necessidade de requerimento escrito.

e) A conversão da união estável dependerá da superação dos impedimentos legais para o casamento e sujeitar-se-á, à adoção de regime matrimonial de bens, na forma e segundo os preceitos da lei civil, cujos efeitos do regime de bens adotado não serão retroativos.

10. De acordo com artigo 79 da Lei 6.015/1973, são obrigados a fazer declaração de óbitos, exceto:

a) o chefe de família, a respeito de sua mulher, filhos, hóspedes, agregados e fâmulos.

b) o filho, a respeito do pai ou da mãe; o irmão, a respeito dos irmãos e demais pessoas de casa ou o parente mais próximo maior e presente.

c) a autoridade judiciária, a respeito de pessoas encontradas mortas.

d) o administrador, diretor ou gerente de qualquer estabelecimento público ou particular, a respeito dos que nele faleceram, salvo se estiver presente algum parente.

e) na falta de pessoa competente, a que tiver assistido aos últimos momentos do finado, o médico, o sacerdote ou vizinho que do falecimento tiver notícia.

11. A respeito da escrituração é correto afirmar:

a) No livro E serão registradas as uniões estáveis.

b) No livro A serão registrados os casamentos.

c) No livro B serão registrados os óbitos.

d) No livro C serão registrados os óbitos fetais.

e) No livro B-Auxiliar serão registradas as conversões de união estável em casamento.

12. Sobre as penalidades constantes na Lei 6.015/1973, é incorreto afirmar:

a) Os pedidos de certidão feitos por via postal, telegráfica ou bancária serão obrigatoriamente atendidos pelo oficial do registro civil, satisfeitos os emolumentos devidos, sob as penas previstas em Lei.

b) A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do envio de estatísticas, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.

c) As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão registradas no lugar de residência do interessado.

d) Se o oficial do registro civil recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de dez (10) dias.

e) Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas estatísticos à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, incorrerão na multa de um a cinco salários mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da

União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

TABELIONATO DE NOTAS

Maria Dalmaz

13. Sandra mandou um e-mail ao Tabelionato de Notas de Itajaí/SC, solicitando a lavratura de um instrumento de procuração, com o fim de autorizar a venda de um imóvel seu, que fica localizado em Piçarras/SC. Sandra tem domicílio em Curitiba/PR, mas está em viagem nos Estados Unidos, por onde ficará por cerca de 2 meses. Ela pergunta se pode assinar o ato de forma eletrônica, remotamente. Diante da narrativa, assinale a alternativa **correta**:

a) De acordo com o artigo 8º da Lei 8.935/1994, é livre a escolha do Tabelião de Notas, o que também vale para todos os atos notariais eletrônicos.

b) O Provimento 100 do CNJ regulamenta os atos eletrônicos, podendo ser utilizado somente enquanto perdurar a pandemia do COVID-19, uma vez que a realização de atos eletrônicos é uma das medidas de prevenção ao contágio da doença.

c) No caso narrado, seriam competentes para lavrar o instrumento de procuração remotamente o Tabelionato de Notas de Curitiba/PR ou o Tabelionato de Notas de Piçarras/SC, mas não o de Itajaí/SC.

d) Para assinar o ato eletrônico, Sandra deve obrigatoriamente emitir o certificado digital emitido pelos Tabelionatos de Notas, emitido pelo “e-notariado”, na forma do Provimento 100 do CNJ.

e) Não é possível a lavratura de procurações públicas por meio do e-notariado, uma vez que se trata de ato personalíssimo.

14. Sobre as definições de certas expressões, de que trata o Provimento 100 do CNJ, é **INCORRETO** afirmar:

a) Partes, membros do Poder Judiciário, autoridades, órgãos governamentais e empresariais são considerados usuários externos, sem acesso às funcionalidades

internas do sistema de processamento meio eletrônico.

b) Documento digital é reprodução digital de documento originalmente em papel ou outro meio físico.

c) Cliente do serviço notarial é todo o usuário que comparecer perante um notário como parte direta ou indiretamente interessada em um ato notarial, ainda que por meio de representantes.

d) Biometria consiste em dado ou conjunto de informações biológicas de uma pessoa, que possibilita ao tabelião confirmar a identidade e a sua presença, em ato notarial ou autenticação em ato particular.

e) “Papelização” consiste em processo de reprodução ou conversão de fato, ato, documento, negócio ou coisa, produzidos ou representados originalmente em meio digital, para o formato em papel.

15. No que se refere aos atos notariais, julgue as assertivas e assinale a correta:

a) A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata notarial.

b) A escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País; assim, se firmada a compra e venda por instrumento particular, não terá o ato qualquer consequência jurídica;

c) A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova absoluta.

d) A descrição e a caracterização dos imóveis rurais são dispensados nas escrituras públicas, desde que constem, estes elementos, da certidão do Cartório do Registro de Imóveis. No entanto, a escritura consignará o número do registro ou matrícula no Registro de Imóveis, sua completa localização, logradouro, número, bairro, cidade, Estado e os documentos e certidões previstas em lei.

e) As atas notariais não podem ser lavradas remotamente, pois sempre demandam diligências presenciais.

16. Sobre o testamento público é correto afirmar:

- a) deve ser lavrado perante o Tabelião de Protestos e Títulos;
- b) deve ser escrito pelo testador, e cerrado pelo Tabelião de Notas;
- c) deve ser lavrado pelo Tabelião, e assinado inclusive pelo testador;
- d) deve ser feito sempre presencialmente, uma vez que as normas atinentes ao ato notarial eletrônico expressamente proíbem testamentos públicos digitais;
- e) após sua lavratura, deve ser informado à Central Nacional, para que terceiros de boa-fé possam tomar ciência de seu conteúdo

17. Acerca da revogação de instrumento público de procuração, de acordo com as normas aplicáveis ao extrajudicial de Santa Catarina é correto afirmar:

- a) A lavratura de instrumento público de revogação ou de substabelecimento de mandato com reserva de poderes deve ser, antes da lavratura, anotada à margem do ato revogado ou substabelecido, ou comunicada, em até 5 (cinco) dias, ao respectivo tabelionato que a lavrou;
- b) A lavratura de instrumento público de revogação ou de substabelecimento de mandato sem reserva de poderes deve ser, imediatamente, anotada à margem do ato revogado ou substabelecido, ou comunicada, em até 5 (cinco) dias, ao respectivo tabelionato que a lavrou;
- c) A lavratura de instrumento público de revogação ou de substabelecimento de mandato sem reserva de poderes deve ser, em até 3 (três) dias, anotada à margem do ato revogado ou substabelecido, ou comunicada, imediatamente, ao respectivo tabelionato que a lavrou
- d) A lavratura de instrumento público de revogação ou de substabelecimento de mandato sem reserva de poderes deve ser, imediatamente, registrada à margem do ato revogado ou substabelecido, ou comunicada, em

até 5 (cinco) dias, ao respectivo tabelionato que a lavrou

e) A lavratura de instrumento público de revogação ou de substabelecimento de mandato sem reserva de poderes deve ser, imediatamente, anotada à margem do ato revogado ou substabelecido, ou comunicada, em até 3 (três) dias, ao respectivo tabelionato que a lavrou

18. Mariana assumiu a titularidade de um Tabelionato de Notas em Gaspar/SC. Chegando lá, ela decidiu ministrar um treinamento com a equipe, começando com os atos de balcão. Marcos escrevente bastante experiente da cidade, e que fora também contratado pela nova Tabelião, para compor o time, participou do treinamento, mas notou que Mariana, apesar de muito sábia, cometeu um deslize em sua explicação, quando tratava sobre reconhecimento de firma. Qual seria uma informação **INCORRETA** acerca do reconhecimento de firma em Santa Catarina:

- a) Ao reconhecer uma assinatura o escrevente deve indicar se o faz por semelhança ou autenticidade.
- b) É obrigatória coletar a assinatura dos interessados no livro próprio de reconhecimento de firma por verdadeiro.
- c) O ato do reconhecimento deve conter o nome do interessado, por extenso e de modo legível, sem abreviações.
- d) Na falta de declaração expressa quanto à espécie de reconhecimento, entender-se-á como realizado por semelhança.
- e) A ficha-padrão de assinatura do depositante deve conter, dentre outros elementos, o nome da repartição expedidora do documento de identificação do depositante, bem como sua assinatura, por pelo menos 2 (duas) vezes.

TABELIONATO DE PROTESTOS

Adriano Alvares

19. Nos termos da Lei de Emolumentos, poderá o usuário:

- a) Solver o valor ao Tabelião de protestos, dos emolumentos, a critério do oficial, por meio de cartão de débito.
- b) Solver o valor ao Tabelião de protestos, dos emolumentos, a seu critério, por meio de cartão de débito ou crédito, cuja aceitação é obrigatória pelo oficial de protesto.
- c) Solver o valor ao Tabelião de protestos, dos emolumentos, a seu critério, por meio de cartão de débito, cuja aceitação é obrigatória pelo oficial de protesto.
- d) Solver o valor ao Tabelião de protestos, dos emolumentos, a critério do oficial, por meio de cartão de débito ou crédito.
- e) Não poderá solver o valor através de cartão bancário.

20. Sobre a lei e a tabela de emolumentos do Estado de SC, analise as assertivas:

- I – Em sendo devolvido o título ou documento por irregularidade formal, nenhum valor será devido ao tabelião de protesto por esse exame.
- II – haverá cobrança pela intimação de devedor realizada, independentemente da distância.
- III – quando houver mais de um devedor, a intimação será cobrada com adicional, ainda que o ato seja praticado no mesmo local.

Aponte a alternativa correta:

- a) Somente uma alternativa.
- b) Nenhuma alternativa.
- c) Somente I e II.
- d) Somente II e III.
- e) Somente I e III.

21. Sobre a Lei de Protestos, a lei de emolumentos e o Código de Normas do TJSC, verifique as afirmações abaixo:

() A Central Nacional do Protesto, especialmente pelas normas de Santa Catarina, será permitida sua consulta de forma individual, onde deverão ser informados o CPF ou o CNPJ dos interessados, e o resultado informará somente sobre a existência ou não de protesto em desfavor do consultado e, em caso positivo, em qual tabelionato de protesto consta o registro.

() A lei de protestos exige, para os títulos em língua estrangeira, com valor em moeda alienígena, emitidos fora do Brasil, sua tradução juramentada e o registro em títulos e documentos.

() A delegação declarada vacante encerra o ciclo do tabelião de protestos, porém, pelo prazo de cinco anos da declaração, serão devidos os emolumentos integrais recebidos ao antigo tabelião de protesto, de protestos registrados sem depósito prévio durante sua delegação.

() São competentes os tabeliões de protesto de qualquer domicílio de codevedores, caso sejam distintos e o documento de dívida não declarar o lugar do pagamento.

Aponte a sequência correta:

- a) V - F - F - F
- b) F - V - V - F
- c) F - V - V - V
- d) V - F - V - F
- e) V - F - V - V

REGISTRO DE IMÓVEIS

Andréa Santiago

22. Quanto às normas gerais dos registros de imóveis, de acordo com o Código de Normas Estadual, analise as assertivas a seguir:

I. Não será exigido reconhecimento de firma nos requerimentos submetidos ao oficial, senão nas hipóteses legais.

II. Se o requerimento for apresentado por terceiro, deverá conter o reconhecimento da firma do respectivo subscritor, ainda que o terceiro/portador apresente a via original de documento do requerente.

III. Fica dispensado o reconhecimento de firma no caso de requerimento apresentado em meio virtual, desde que assinado com uso de certificado digital.

IV. Salvo vedação legal, e desde que formalizado requerimento específico pelo interessado, poderá o oficial cindir o título, com a prática do ato solicitado.

- a) Somente os itens II e III estão corretos.
- b) Somente o item IV está correto.
- c) Somente o item I está errado.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão errados.

23. Acerca da Escrituração no Registro de Imóveis, pode-se corretamente afirmar, de acordo com as normas estaduais:

a) Haverá no registro de imóveis, além dos livros comuns a todas as serventias, os seguintes: Livro 1 – Protocolo; Livro 2 – Registro Geral; Livro 3 – Registro Auxiliar; Livro 4 – Indicador Pessoal; Livro 5 – Indicador Real; e Livro de Cadastro de Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro.

b) Os Livros 4 e 5 sempre poderão ser mantidos apenas em meio eletrônico, independente de qualquer outra exigência.

c) Os Livros 2, 3, 4, 5 e o Livro de Cadastro de Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro poderão ser substituídos por fichas, com a possibilidade de ser adotado para todos eles o sistema informatizado, desde que contenham os requisitos legais e administrativos.

d) O termo de encerramento do protocolo será lavrado diariamente, desde que tenham sido apresentados títulos para apontamento.

e) O Livro de Registro Geral será destinado ao registro de cédulas de crédito.

24. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta, de acordo com as normas estaduais.

I. O Indicador Real constitui o repositório de todos os imóveis a figurarem nos demais livros, e deve conter a identificação deles, a referência aos números de ordem dos outros livros e as anotações necessárias.

II. Tratando-se de imóvel localizado em esquina, devem ser abertas indicações para todas as ruas confluentes.

III. Para o apontamento de títulos, haverá atendimento prioritário, assegurado ao beneficiário a pronta informação quanto aos procedimentos adotados na serventia.

IV. O Indicador Pessoal, dividido alfabeticamente, conterà os nomes de todas as pessoas que, individual ou coletivamente, ativa ou passivamente, direta ou indiretamente, figurarem nos demais livros, e fará referência aos respectivos números de ordem.

- a) Os itens I, II e III estão corretos.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Todos os itens estão errados.
- d) Os itens I, II e IV estão corretos.
- e) Somente o item III está correto.

25. Acerca da matrícula, de acordo com o Código de Normas de Santa Catarina, julgue os itens a seguir:

I. A matrícula não poderá ser aberta a requerimento da parte interessada.

II. É possível abrir matrícula para parte ideal de imóvel.

III. A abertura de matrícula para registro de terras indígenas demarcadas será promovida pela União Federal, em seu nome, ocasião em que será realizada simultânea averbação, a requerimento e diante da comprovação, no processo demarcatório, da existência de domínio privado nos limites do imóvel.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão errados.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Somente o item II está errado.
- e) Somente o item III está errado.

26. Quanto ao registro, de acordo com o Código de normas, é incorreto afirmar:

- a) Nas escrituras e atos relativos a imóveis, os interessados serão identificados pelos seus nomes, e não serão admitidas referências dúbias ou não coincidentes com as que constem dos registros anteriores.
- b) É dever do oficial fazer constar do registro o número e a data do protocolo do documento apresentado.
- c) A sentença de separação judicial ou divórcio, de nulidade ou de anulação de casamento que versar sobre a divisão de bens será objeto de registro independentemente do percentual que tocar a cada um dos cônjuges por força da partilha.
- d) Os penhores cedulares serão inscritos no Livro n. 3 – Registro Auxiliar das serventias das circunscrições em que estão localizados os objetos da garantia.
- e) O registro de título relativo a imóvel adquirido com financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação, para fins residenciais, será realizado mediante declaração escrita da instituição financeira, da qual constará, obrigatoriamente, se a situação contempla, ou não, primeira aquisição.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Gustavo Arruda

27. Sobre a possibilidade de alteração do estatuto das Fundações, marque a alternativa CORRETA:

- a) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, a reforma deverá ser aprovada por 2/3 de seus sócios.
- b) A finalidade da fundação pode ser modificada (desvirtuada ou contrariada), desde que a reforma do estatuto seja aprovada por 2/3 de seus diretores.
- c) A modificação do estatuto, aprovada por 2/3 dos diretores da fundação, deve ser também aprovada pelo Ministério Público no prazo de 45 dias.
- d) Se o Ministério Público denegar a modificação do estatuto, anteriormente aprovada por 2/3

dos sócios, não há possibilidade de suprimento judicial.

- e) No caso de aprovação da alteração por 2/3 dos diretores da fundação, o 1/3 vencido não tem legitimidade para impugnar a decisão, nem deve ser chamado ao feito para se manifestar.

28. Ainda sobre o procedimento de alteração do estatuto das fundações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz decidirá sobre a aprovação do estatuto das fundações e de suas alterações sempre que o requeira o interessado, quando ela for negada previamente pelo Ministério Público ou por este forem exigidas modificações com as quais o interessado não concorde; ou quando o interessado discordar do estatuto elaborado pelo Ministério Público.
- b) As fundações, por serem sociedades estatutárias, devem observar, em seus atos constitutivos, o que determina a Lei 6.404/76 (LSA).
- c) Quando o juiz for chamado a decidir sobre a modificação do estatuto, deve apenas autorizar ou vedar a alteração, não podendo determinar mudanças.
- d) Qualquer interessado ou o Ministério Público promoverá em juízo a extinção da fundação quando a modificação do seus atos constitutivos não for possível.
- e) O juiz decidirá sobre a aprovação do estatuto das fundações e de suas alterações sempre que o requeira o Ministério Público, quando ela for negada previamente pelos diretores ou por estes forem exigidas modificações com as quais o Ministério Público não concorde; ou quando o Ministério Público discordar do estatuto elaborado pelo interessado.

29. No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição dos seguintes documentos, exceto o seguinte (assinale a alternativa ERRADA):

- a) dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor.
- b) do penhor comum sobre coisas móveis.
- c) do contrato de parceria agrícola ou pecuária.
- d) facultativo, de quaisquer documentos, para sua conservação.
- e) da promessa de compra e venda de imóveis, quando celebrada por instrumento particular.

30. No registro de títulos e documentos:

- a) Podem ser registradas procurações por instrumento particular, mesmo sem firma reconhecida.
- b) O oficial deverá recusar registro a título e a documento que não se revistam das formalidades legais.
- c) Se tiver suspeita de falsificação, o oficial recusará o registro do título.
- d) Se tiver suspeita de falsificação, o oficial fará o registro somente depois de julgada improcedente a dúvida suscitada.
- e) Se tiver suspeita de falsificação, poderá o oficial sobrestar no registro, depois de protocolado o documento, até que o apresentante desista ou suscite dúvida

NORMAS ESTADUAIS

Thiago Zanolla

31. Com os olhos voltados à divisão territorial, para fins de administração da Justiça, pode-se afirmar que:

- a) As unidades de divisão judiciária serão definidas em ato do Governador do Estado, que poderá distribuí-las ou agrupá-las territorialmente no Estado.
- b) As unidades de divisão judiciária serão definidas em ato da Assembleia Estadual, que poderá distribuí-las ou agrupá-las territorialmente no Estado.
- c) Caberá ao Tribunal de Justiça, mediante ato do Órgão Especial, estabelecer a localização,

denominação e competência das unidades jurisdicionais, especializá-las em qualquer matéria e, ainda, transferir sua sede de um Município para o outro, de acordo com a conveniência do Poder Judiciário e a necessidade de agilização da prestação jurisdicional.

d) Distrito é todo município que não seja sede de Comarca.

e) Circunscrição Judiciária é o agrupamento de Comarcas e Comarcas Não-Instaladas, contíguas, com atuação distinta, embora integradas.

32. A comarca de Xaxim abrange os Municípios de Xaxim, Marema, Lajeado e Entre Rios.

Consoante dispõe o Código de Organização Judiciária do Estado, sede da Comarca

- a) Xaxim
- b) Marema
- c) Lajeado
- d) Entre Rios
- e) NDA

33. Segundo o Código de Organização Judiciária, são órgãos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, exceto:

- a) Tribunal de Justiça
- b) Conselho Superior da Magistratura
- c) Tribunal do Júri
- d) Juizados Especiais
- e) Juízes de Paz

34. Não pertence a estrutura da Magistratura de Primeiro Grau

- a) Juiz Substituto
- b) Juiz de Paz
- c) Juiz de Direito de entrância inicial
- d) Juiz de Direito de entrância final
- e) Juiz de Direito de entrância especial

35. Não cabe ao Juiz de Direito de Segundo grau

- a) substituir Desembargador nas suas faltas, impedimentos, afastamentos, licenças, férias e na vacância do cargo.
- b) compor Câmaras Especiais.
- c) exercer a função de Juiz-Corregedor, quando não estiver em exercício de substituição ou integrando Câmaras Especiais.
- d) integrar comissões especiais.
- e) compor as Turmas Recursais, na forma que vier a ser definida pelo Tribunal.

36. Nas Comarcas de unidade de divisão judiciária única, a Direção do Foro será exercida pelo Juiz titular; naquelas com mais de uma unidade de divisão judiciária, pelo Juiz de Direito designado pelo

- a) Pelo Presidente do TJ
- b) Pelo Juiz de Direito Corregedor do Foro Extrajudicial
- c) Pela Corregedoria-Geral de Justiça.
- d) Pelo Conselho da Magistratura
- e) Tribunal Pleno

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

37. Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) estar traduzida por intérprete autorizado;
- c) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) não tenha sido verificada à revelia;
- e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.

38. Serão registrados em registro público, exceto:

- a) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;
- b) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;
- c) a emancipação em razão do exercício de emprego público efetivo;
- d) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida;
- e) os nascimentos, casamentos e óbitos.

39. Assinale a alternativa correta:

- a) a emancipação legal depende de registro em cartório cível;
- b) a emancipação é passível de retratação e revogação a qualquer tempo;
- c) a emancipação voluntária não afasta a responsabilidade dos pais por eventuais danos causados pelo filho emancipado;
- d) o menor de dezesseis anos pode ser emancipado em razão do casamento;
- e) a emancipação em razão do casamento não depende de registro em cartório cível.

40. O prazo para a Administração Pública cobrar o particular por algum dano ocasionado a um prédio público é de:

- a) três anos, por ser questão de indenização por danos materiais;
- b) cinco anos, por ser dívida líquida constituída em autuação, que é documento público;
- c) cinco anos, por aplicação de previsão expressa em legislação específica;
- d) cinco anos, por aplicação analógica do prazo prescricional que se aplica no caso de ação de indenização contra a Fazenda Pública;
- e) um ano.

41. Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada. Em relação a esse tipo de contrato, é correto afirmar que:

- a) o consignatário não se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, ainda que por fato a ele não imputável;
- b) a coisa consignada pode ser objeto de penhora ou seqüestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço.;
- c) o consignante pode dispor da coisa antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição;
- d) é contrato gratuito;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

42. Após a abertura da sucessão definitiva, caso o ausente não retorne e nenhum interessado promova a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município quando passados:

- a) oito anos;
- b) cinco anos;
- c) dez anos;
- d) três anos;
- e) vinte anos.

43. O prazo do beneficiário para reclamar do segurador em caso de seguro civil obrigatório é:

- a) decadencial e de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- b) prescricional, de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;
- c) decadencial, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- d) prescricional, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- e) prescricional, de cinco anos, pois é referente a valor certo e líquido.

44. Em relação à compra e venda, assinale a alternativa correta:

- a) a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo decadencial de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil;
 - b) a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo prescricional de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil;
 - c) é nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.;
 - d) podem ser comprados em hasta pública, pelos tutores, curadores, testamentários e administradores, os bens confiados à sua guarda ou administração;
 - e) é nula a venda realizada a relativamente incapaz.
- 45.** O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto, perfazendo-se com a tradição do objeto. Em relação a essa modalidade de contrato, é correto afirmar que:
- a) se não tiver prazo convencional, restará presumido que será pelo tempo necessário para o uso concedido;
 - b) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;
 - c) se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, serão individualmente responsáveis por esta em relação ao comodante;
 - d) os tutores poderão dar em comodato bens confiados à sua guarda independentemente de autorização especial;
 - e) o caso fortuito ou a força maior são hipóteses em que poderá se eximir o comodatário de responder por danos ao comodante em qualquer hipótese.

46. Em relação à mora, é correto afirmar que:

- a) apenas o devedor poderá estar em mora;
- b) apenas o credor poderá estar em mora;
- c) não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora;
- d) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a interpelação judicial ou extrajudicial;
- e) não havendo termo, a mora se constitui exclusivamente mediante interpelação judicial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

47. Sobre os atos processuais, a partir das disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, seja expressa ou tacitamente.
- b) Interrompe-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.
- c) Todas as nulidades dos atos, se não alegadas na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, serão consideradas preclusas.
- d) Salvo disposição em sentido contrário, considera-se dia do começo do prazo o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital.
- e) Sendo a lei omissa, o prazo para a parte praticar o ato processual será sempre o de dez dias.

48. Marque a alternativa correta a respeito dos poderes do juiz:

- a) não lhe é possível dilatar prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito.
- b) ao magistrado é vedado determinar o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, depois de já encerrada a fase de instrução.
- c) é possível dilatar os prazos processuais, ainda que já encerrado o prazo regular, em obediência

aos princípios da efetividade e da primazia da decisão de mérito.

d) quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficiará o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), e o art. 82 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) , para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.

e) incumbe ao juiz promover, até o saneamento do feito, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.

49. Sobre a denunciação da lide no Código de Processo Civil 2015, é correto afirmar:

a) A denunciação da lide é obrigatória apenas no caso de evicção.

b) Permite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra qualquer antecessor na cadeia dominial ou contra quem seja responsável por indenizá-lo.

c) Se o denunciante for vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide para aferir eventual responsabilidade regressiva do denunciado.

d) Procedente o pedido da ação principal, descabe requerimento do autor para cumprimento da sentença também contra o denunciado pelo réu, dado que o denunciado só responde regressivamente perante o denunciante.

e) A denunciação da lide é facultativa porque o direito de regresso poderá ser exercido por ação autônoma quando a denunciação for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.

50. No que diz respeito ao julgamento antecipado parcial do mérito, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão proferida com base em julgamento antecipado parcial do mérito não é impugnável por agravo de instrumento.
- b) A decisão que julgar parcialmente o mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.
- c) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito deverão ser processados nos mesmos autos.
- d) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles se mostrar incontroverso e não houver necessidade de produção de outras provas.
- e) A parte poderá liquidar desde logo a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, desde que prestada caução.

51. De acordo com o Código Processual Civil (CPC) em vigor, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

- a) O réu for revel e ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova na forma do art. 349, ambos do CPC.
- b) Um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se controverso.
- c) O pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.
- d) A parte for manifestamente ilegítima.
- e) O autor carecer de interesse processual.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

52. Sobre os títulos de crédito, especialmente em se tratando da circulação da cédula de crédito bancário que conte com cláusula à ordem, assinale a afirmativa que esteja de acordo com os ditames legais:

- a) É necessário o protesto cambial para garantir o direito de cobrança contra endossantes, seus avalistas e terceiros garantidores da cédula de crédito bancário.
- b) A cédula de crédito bancário será transferível mediante endosso em branco ou em preto, ao qual se aplicarão, no que couberem, as normas do direito cambiário.
- c) Aplicam-se à circulação das cédulas de crédito bancário as disposições do Código Civil e, no que não contrariar esse diploma, a legislação cambial.
- d) O endossatário, mesmo não sendo instituição financeira ou entidade a ela equiparada, poderá exercer todos os direitos por ela conferidos, inclusive cobrar os juros e demais encargos na forma pactuada na cédula.
- e) A cédula de crédito bancário será emitida por escrito, em tantas vias quantas forem as partes que nela intervierem, todas elas negociáveis, assinadas pelo emitente e pelo terceiro garantidor, se houver.

53. Acerca dos deveres e responsabilidades que recaem sobre o administrador na sociedade anônima, temos que:

a) é vedado aos administradores autorizar, sob quaisquer circunstâncias, a prática de atos gratuitos em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a empresa.

b) o administrador eleito por grupo ou classe de acionistas tem, para com a companhia, os mesmos deveres que os demais, ressalvada a sua prerrogativa de defender os interesses legalmente acolhidos daqueles que o elegeram.

c) cumpre ao administrador de companhia aberta guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado, obtida em razão do cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, ressalvado o direito pleno à informação de todos os acionistas.

d) o administrador é solidariamente responsável por atos ilícitos de outros administradores, salvo na medida em que se abster de deliberações por meio das quais a prática de tais atos ilícitos tenha sido aprovada ou ratificada pelo correspondente órgão da administração.

e) é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata da reunião dos administradores, a natureza e extensão do seu interesse.

54. Sobre a resolução de uma sociedade simples, é possível que ocorra por

a) morte do sócio, se não houver disposição diferente no contrato social, ou por exclusão judicial do sócio devido a falta grave no cumprimento de obrigações societárias.

b) decisão unânime dos sócios e por perda da autorização legal para o funcionamento da sociedade.

c) falta de pluralidade de sócios por mais de cento e oitenta dias e por perda da autorização legal para o funcionamento da sociedade.

d) decurso do prazo de duração ou por decisão majoritária dos sócios, quando a sociedade tiver prazo indeterminado.

e) Nenhuma das anteriores

55. Não é característica da sociedade cooperativa:

a) Variabilidade ou dispensa do capital social.

b) Não limitação de número máximo de sócios.

c) Limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar

d) Intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, salvo por herança.

e) Indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

56. Marque a opção cujos elementos podem figurar como bens corpóreos do referido tipo de estabelecimento.

a) computador adquirido para emissão de notas fiscais e mobiliário.

b) maquinaria e nome empresarial

c) veículos e registro de um desenho industrial

d) patente de invenção de um bem industrial e mercadorias do estoque

e) ponto comercial e marca registrada

57. prazo prescricional para a ação de regresso dos coobrigados com relação à duplicata será de:

a) seis meses, a contar da efetuação do pagamento por João.

b) um ano, a contar da efetuação do pagamento por João.

c) três anos, a contar do vencimento do título.

d) seis meses, a contar do protesto do título.

e) um ano, a contar do protesto do título.

58. As cooperativas são compreendidas como

- a) sociedades empresárias, não personificadas, sujeitas à inscrição nas juntas comerciais.
- b) sociedades simples, não personificadas, sujeitas à inscrição nas juntas comerciais.
- c) sociedades empresárias, com natureza jurídica própria, não sujeitas à inscrição nas juntas comerciais.
- d) sociedades simples, com natureza jurídica própria, sujeitas à inscrição nas juntas comerciais.
- e) sociedades simples, com natureza jurídica própria, não sujeitas à inscrição nas juntas comerciais.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

59. A empresa de gêneros alimentícios Muito gostoso, que possui como principais produtos embutidos e enlatados refrigerados, promoveu uma campanha publicitária especial para o dia das crianças. Nos anúncios, havia a seguinte mensagem: “A cada 100 reais que seus pais comprarem dos nossos, por mais 10 reais, você leva o nosso boneco Gostosinho.” Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) É abusiva qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.
- b) São enganosas as publicidades que estimulam as compras em grandes quantidades, ou que ensinam técnicas de persuasão dos pais ou responsáveis.
- c) O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência reconhecendo a abusividade de publicidade de alimentos direcionada, de forma explícita ou implícita, a crianças, uma vez que a decisão de comprar gêneros alimentícios cabe aos pais, especialmente em época de altos e preocupantes índices de obesidade infantil, um grave problema nacional de saúde pública.

d) A publicidade é abusiva por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

e) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor autoriza que campanhas publicitárias utilizem ou manipulem o universo lúdico infantil.

60. Acerca dos contratos consumeristas, é correto afirmar:

a) O prazo decadencial previsto no art. 26 do CDC é aplicável à prestação de contas para obter esclarecimentos sobre cobrança de taxas, tarifas e encargos bancários.

b) Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de sanção penal.

c) A restituição em dobro do indébito independe da natureza do elemento volitivo do fornecedor que cobrou valor indevido, revelando-se cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva.

d) O Código de Defesa do Consumidor determina que todos os contratos sejam redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.

e) São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos, inclusive nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, em que a indenização jamais poderá ser limitada.

ECA

Ricardo Torques

61. João e Maria, embora jovens, são um casal infértil e, considerando que o grande sonho é ter um casal de filhos, decidem adotar um menino e uma menina. Fátima, mãe de Maria, vendo toda a trajetória enfrentada pelo jovem casal, sugere que eles acolham os filhos recém-nascidos de Laura que está em um centro especializado em reabilitação de toxicômanos. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) Caso Laura tenha interesse real em entregar seus filhos para adoção, deverá ser encaminhada, obrigatoriamente e sem qualquer constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.
- b) A adoção dos recém-nascidos poderá ser realizada sem o estágio de convivência caso as crianças já estejam sob a guarda de João e Maria.
- c) João e Maria conviverão com os bebês pelo prazo improrrogável de 90 (noventa) dias.
- d) O estágio de convivência de João e Maria com os recém-nascidos ocorrerá obrigatoriamente na comarca de residência de Laura.
- e) Tendo em vista que Laura está sob tratamento bastante dispendioso, não há óbice que a entrega de seus filhos ocorra mediante paga, desde que revertida para o tratamento de sua dependência.

62. Rubi, criança de 6 anos, está exposta a situação de risco e, por isso, foi levada a um abrigo, mantido e fiscalizado pela municipalidade. Considerando o caráter de excepcionalidade da medida, pode-se afirmar:

- a) A situação de Rubi deverá ser reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, cabendo à autoridade judiciária, com base em relatório elaborado por equipe especializada, decidir pela manutenção de Rubi no abrigo.
- b) A permanência de Rubi no abrigo não se prolongará por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que justifique tal medida.
- c) Se a mãe de Rubi estivesse inserida em programa de acolhimento, a convivência mãe-filha seria, em regra, vedada e dependeria de autorização judicial.

d) Em hipótese alguma, Rubi permanecerá por mais de 18 (dezoito) meses em programa de acolhimento institucional, visto que se trata de medida excepcional.

e) Se o pai ou a mãe de Rubi estivessem privados de liberdade, a criança poderia, independentemente de autorização judicial, conviver com seus genitores por meio de visitas periódicas promovidas pela entidade responsável.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

63. Assinale a alternativa correta, de acordo com o CP:

- a) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio ou por relativa impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- b) Diz-se o crime culposos quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado.
- c) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- d) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um terço até metade.
- e) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.

64. Assinale a alternativa INCORRETA sobre o crime:

a) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

b) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

c) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

d) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

e) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro era evitável, hipótese em que a pena será diminuída de um sexto a um terço.

65. Julgue os itens a seguir sobre os crimes contra a fé pública:

I – Falsificar, por meio de fabricação, selo destinado a controle tributário, papel selado ou qualquer papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo configura o crime de falsificação de documento público, previsto no artigo 297 do CP.

II- Incorre no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do CP, quem insere ou faz inserir, na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita

III – Pratica o crime de falsificação de documento público aquele que falsifica, no todo ou em parte, testamento particular verdadeiro ou o altera.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

a) I e II.

b) II e III.

c) I.

d) II.

e) III.

66. Serapião estava aguardando atendimento no Tabelionato de Notas, quando chegou uma pessoa idosa. Então, o funcionário lhe informou que o idoso seria atendido antes, ao que ele protestou. O Tabelião foi até o balcão e explicou que o atendimento deveria ser feito daquela forma e Serapião começou a discutir. Por esse motivo, Serapião sacou uma arma e disparou, mas, por não ter o treinamento e ser o seu primeiro disparo, atinge Lúcia, uma cliente que havia chegado antes dele e já estava sendo atendida.

Assinale a alternativa que traz a situação em que incorreu Serapião e a consequência penal:

a) Error in persona, responderá por homicídio doloso qualificado por motivo fútil.

b) Error in objecto, responderá por homicídio doloso simples.

c) Aberratio ictus por erro no uso dos meios de execução, responderá por homicídio doloso qualificado pelo motivo fútil, em razão de ter como vítima virtual o Tabelião e sua motivação se relacionar com o mero inconformismo sobre o atendimento.

d) Aberratio ictus por acidente, responderá por homicídio culposos, considerando não ter a intenção de atingir a Lúcia.

e) Erro de tipo essencial, só podendo responder por culpa.

67. Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra a honra:

- a) A retratação, no caso dos crimes contra honra, comunica-se aos demais agentes, além de ser cabível até a sentença.
- b) Não constituem injúria ou difamação punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador, não sendo punível quem lhe dá publicidade.
- c) Admite-se a prova da verdade na difamação, salvo se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível; se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº I do art. 141 do CP; se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.
- d) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- e) É punível a difamação contra os mortos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

68. Em relação à ação penal, é correto afirmar:

- a) na ação penal pública, o Ministério Público não está obrigado a denunciar, num mesmo momento, todos os envolvidos no fato tido por delituoso, diante da não incidência do princípio da indivisibilidade.
- b) a queixa-crime poderá ser oferecida por advogado com poderes da cláusula 'ad judicium', sem necessidade de poderes especiais.
- c) são elementos da denúncia a qualificação da vítima e do acusado, a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias e a classificação do delito.
- d) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estende, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- e) o perdão não poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.

69. A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) nos crimes em que a ação penal pública depender de representação, nada impede que o inquérito, enquanto mera peça de informações, seja sem ela iniciado e concluído.
- b) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso, contado o prazo a partir do dia em que expedido o mandado de prisão.
- c) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que poderá ser realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- d) a autoridade assegurará no inquérito a irrestrita publicidade e transparência.
- e) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá comunicá-la à autoridade policial, que deverá instaurar o inquérito de imediato.

70. Funcionário público estadual foi denunciado pelo Ministério Público pelo cometimento do delito de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, punido com detenção, de um a três meses, ou multa. Os autos foram encaminhados ao juízo para análise da denúncia. Nesse caso, é correto afirmar:

- a) a denúncia deverá vir acompanhada da demonstração de que o acusado é funcionário público ou equiparado e a defesa preliminar deve ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias.
- b) de acordo com o STJ, não mais se mostra necessária a notificação do acusado funcionário público para apresentação de defesa preliminar, sendo possível de imediato a realização de citação.
- c) o Código de Processo Penal determina que seja o acusado notificado para apresentar defesa preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, somente no caso de crimes afiançáveis.
- d) ordinariamente e de acordo com o procedimento especial, o juiz poderá rejeitar a denúncia, em despacho fundamentado, antes mesmo da notificação preliminar.

e) se realizada a notificação para apresentação de defesa preliminar, será despicienda a formalização da citação.

71. No tocante às provas, assinale a opção correta considerando o disposto no Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) O juiz não poderá ouvir testemunhas que não tenham sido indicadas pelas partes, sob pena de ofensa ao sistema acusatório.

b) A todo tempo o juiz poderá proceder a novo interrogatório, desde que haja pedido fundamentado de qualquer das partes.

c) São sempre proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo.

d) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser fundamentada, podendo ser justificada na necessidade de se impedir o transcurso do tempo em razão da morosidade do Poder Judiciário.

e) A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

72. A respeito dos recursos no processo penal, marque a alternativa correta.

a) caberá recurso em sentido estrito contra a decisão que julgar procedentes as exceções.

b) será cabível apelação, no prazo de cinco dias, contra a decisão que não receber a denúncia ou queixa.

c) se o juiz, desde logo, perceber que a parte interpôs um recurso ao invés de outro que seria o correto, deverá rejeitá-lo sempre, mesmo que se observe o prazo e não haja má-fé.

d) deverá ser interposto recurso de ofício em razão da sentença que denegar *habeas corpus*.

e) as apelações poderão ser interpostas apenas em relação a todo o julgado, não parte dele.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

73. O grupo autodenominado República Fracassada, movimento armado revolucionário, após aplicar um golpe de Estado, designou uma comissão de juristas para elaboração de nova Constituição, sem a consulta popular. Conforme redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

a) outorgada e semirrígida.

b) promulgada e rígida.

c) cesarista e semirrígida.

d) cesarista e flexível.

e) outorgada e rígida.

74. A União, ao legislar sobre registros públicos, assegurou a gratuidade dos assentos do registro civil de nascimento e o de óbito e da primeira certidão respectiva. A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) contra a edição da lei, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade sob argumento de que houve ofensa ao princípio da proporcionalidade. A respeito do tema, aponte a alternativa correta.

a) A referida lei é inconstitucional, uma vez que configura ilegítima intervenção estatal nos serviços exercidos em caráter privado, conforme prevê o artigo 236 da Constituição Federal.

b) Compete à União apenas fixar normas gerais acerca de registros públicos, sendo da competência estadual a criação das normas específicas.

c) A atividade desenvolvida pelos titulares das serventias de notas e registros é empresarial e sujeita-se a um regime de direito privado, de modo que fere o princípio da proporcionalidade a exigência de que o particular cumpra obrigação do Poder Público de fornecer certidões gratuitamente.

d) Os estados poderão legislar sobre normas específicas de registros públicos, caso a União

faça a delegação de competência por meio de lei complementar.

e) A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) não tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.

75. “O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.” (§ 3º do artigo 236 da CF/88). A norma constitucional, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata, de eficácia diferida.
- e) diferida e indireta.

76. A respeito da ordem social, conforme definição expressa da Constituição Federal, indique a assertiva INCORRETA.

- a) O primado do trabalho é a base da ordem social e esta tem por objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação e à assistência social.
- c) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e irredutibilidade do valor dos benefícios são objetivos da seguridade social.
- d) Pessoas jurídicas em débito com o sistema da seguridade social não podem contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- e) As entidades beneficentes de assistência social que cumprem os requisitos estabelecidos por lei são isentas de contribuição para a seguridade social.

77. A respeito dos direitos políticos e dos direitos de nacionalidade, indique a alternativa correta.

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- b) Aos estrangeiros originários de países de língua portuguesa que tenham residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado.
- c) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá a nacionalidade brasileira.
- d) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos; os maiores de sessenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- e) Apenas o militar com mais de dez anos de serviço é elegível.

78. O Governo do Paraguai ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina de Itaipú. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

79. O estado do Rio de Janeiro legislou e concedeu aos jovens de até 21 anos de idade a “meia entrada” em eventos culturais, isto é, o desconto de 50% no valor do ingresso para shows, cinemas e teatros. A respeito do assunto, conforme fixado pela Constituição Federal e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a lei estadual é

- a) inconstitucional, por invadir a competência da União para legislar sobre contratos.
- b) constitucional, uma vez que compete aos estados legislar sobre normas específicas do direito econômico.
- c) constitucional, porque é competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro.
- d) inconstitucional, pois o Rio de Janeiro apenas poderia legislar sobre o assunto se tivesse lei complementar federal delegando aos estados a competência para dispor sobre a matéria.
- e) constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre direito econômico e financeiro.

80. Indique a alternativa que contenha competência do Congresso Nacional exercida sem a sanção presidencial.

- a) telecomunicações e radiodifusão.
- b) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- c) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) fixar os subsídios dos Ministros de Estado.
- e) concessão de anistia.

81. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva correta.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ilegalidades ao Tribunal de Contas.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede no na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

82. A respeito das garantias e das vedações constitucionais aplicáveis aos magistrados, indique a assertiva INCORRETA.

- a) Os juízes gozam da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- b) A vitaliciedade, na magistratura, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- c) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- d) Juízes não podem exercer atividade político-partidária.
- e) Juízes aposentados ou exonerados só poderão exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram depois de decorridos três anos do afastamento.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

83. Com relação as modalidades licitatórias, prevista na Lei n. 8.666/1993, assinale a alternativa correta

a) Concurso é a modalidade de licitação apenas entre os interessados convidados, para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

b) A licitação para elaboração da ata de registro de preços será feita mediante pregão ou convite.

c) A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, como nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso, observados os limites legais, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País.

d) O ordenamento jurídico admite a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação daquelas previstas na Lei 8.666/1993.

e) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a concorrência, mas nunca a tomada de preços.

84. No que se refere aos poderes administrativos, em especial, ao poder de polícia, assinale a alternativa correta, de acordo com a recente jurisprudência dos Tribunais Superiores

a) O STF tem entendimento pacificado no sentido de que é inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito quando se trate de imposição de sanções administrativas.

b) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação

própria do Estado e em regime não concorrencial.

c) O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT não detém competência para a fiscalização do trânsito nas rodovias e estradas federais, não podendo aplicar, em consequência, penalidade por infração ao Código de Trânsito Brasileiro.

d) Um dos atributos do poder de polícia é a autoexecutoriedade, que permite a Administração Pública, com seus próprios meios, executar seus atos e decisões, sem precisar de prévia autorização judicial. Assim, a autoexecutoriedade retira da Administração Pública a possibilidade de valer-se de decisão judicial que lhe assegure a providência fática que almeja, já que as medidas tomadas pelo Poder Público no exercício do poder de polícia são sempre suficientes.

e) Sobre o prazo prescricional da sanção de polícia, é pacífico o entendimento de que Estados e Municípios aplicarão sempre o prazo de 05 anos, previsto no Decreto 20.910/32.

85. Assinale a alternativa incorreta sobre a modalidade licitatória denominada Pregão, prevista na Lei n. 10.520/2002

a) O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei 10.520/2002.

b) O pregão é utilizado para aquisição de bens e serviços comuns, entendendo-se como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

c) No procedimento do pregão, é vedada a exigência de garantia de proposta, bem como a aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.

d) Declarado vencedor, qualquer licitante poderá recorrer no prazo de 05 dias, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

e) As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando

efetuadas pelo sistema de registro de preços, previsto na Lei 8.666/1993, poderão adotar a modalidade de pregão.

86. Assinale a alternativa que se coaduna com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal sobre o tema Servidores Públicos

- a) A jurisprudência do STF exige processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.
- b) O Supremo Tribunal Federal entende cabível o aumento de vencimentos de servidores públicos pelo Poder Judiciário.
- c) O direito ao auxílio-alimentação é extensível aos servidores inativos.
- d) Ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.
- e) Reitor de universidade é livremente demissível pelo presidente da república durante o prazo de sua investidura.

87. Sobre os atos administrativos, suas modalidades de extinção e a possibilidade de convalidação, assinale a alternativa correta

- a) A anulação dos atos administrativos gera efeito ex tunc, permanecendo válidas todas as situações ocorridas antes da anulação.
- b) Nem todo ato administrativo é passível de revogação, a exemplo dos atos vinculados.
- c) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis serão aproveitados pela Administração, mesmo que tenham causado prejuízo a particulares.
- d) A revogação dos atos administrativos pode ser realizada pelas instâncias administrativa, controladora e judicial, desde que respeitados os direitos adquiridos.
- e) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados.

88. A respeito da responsabilidade civil do Estado, pode-se afirmar que

- a) Em razão da previsão de responsabilidade civil objetiva do Estado, não se admite o direito de regresso contra o agente público responsável por dano causado ao ente privado.
- b) O Estado é objetivamente responsável pela morte de detento. Isso porque houve inobservância de seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da CF/88, podendo ser dispensado de indenizar se comprovar que a morte não poderia ser evitada.
- c) A responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público pelos atos causados por seus agentes é objetiva, tendo a mesma natureza, a responsabilidade civil dos agentes públicos.
- d) O Estado será sempre responsável pelos danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional.
- e) O Supremo Tribunal Federal decidiu recentemente que o Estado não responde pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros.

89. Sobre a intervenção do estado na propriedade, é incorreto afirmar

- a) A requisição administrativa depende de prévia autorização judicial.
- b) Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização nem haverá retrocessão.
- c) O tombamento pode ser compulsório quando o proprietário se recusar a anuir, devendo ser instaurado procedimento administrativo.
- d) As restrições ao direito de propriedade impostas por normas ambientais configuram limitações administrativas.
- e) A desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana é de competência do Município. Já a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade rural, para fins de reforma agrária, é de competência exclusiva da União.

90. No que diz respeito ao tema improbidade administrativa, assinale a alternativa correta

- a) Conforme entendimento sumulado, ao particular não se aplica o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.
- b) Nos termos da Lei n. 8.429/1992, é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações civis de improbidade.
- c) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- e) Os agentes políticos, inclusive o Presidente da República, encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.

91. Sobre as disposições concernentes aos bens públicos, assinale a alternativa correta

- a) Os bens das empresas públicas ou sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, ainda que afetados a essa finalidade, são considerados bens privados.
- b) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- c) A utilização dos bens de uso comum do povo, os quais são destinados à utilização geral pelos indivíduos, não pode sofrer restrições por ato do poder público.
- d) As terras devolutas pertencem, em regra, aos Estados-membros, com exceção daquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, que são de propriedade da União.
- e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são exemplos de bens de uso especial e pertencem aos Estados.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

92. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária podem ser introduzidas por lei ordinária.
- b) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- e) As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI foram recepcionadas pela EC 33/2001.

93. Julgue os itens a seguir:

- i) A capacidade contributiva absoluta (ou objetiva) determina que, ao criar uma norma tributária, a lei deve levar em consideração circunstâncias que efetivamente denotem a existência de capacidade econômica do contribuinte.
 - ii) A capacidade contributiva relativa (ou subjetiva) diz respeito à medida da tributação. Tem como objetivo estabelecer parâmetros sobre a intensidade do poder de tributar.
 - iii) Os impostos sempre devem ter caráter pessoal, sob pena de ofensa ao princípio da capacidade contributiva.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Nenhum dos itens está correto.
 - c) Apenas os itens i e ii estão corretos
 - d) Apenas os itens ii e iii estão corretos.
 - e) Apenas o item iii está correto.

94. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- b) É incompatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU prescinde da edição de lei em sentido formal.
- d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária do IPTU, é indevida a exigência de qualquer valor a título de tributo.
- e) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal.

95. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca
- c) Sociedade de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores, e que está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, está abrangida pela regra de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'a', da Constituição.
- d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.
- e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

96. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, responde pelos tributos devidos até a data do ato, desde que continue a explorar o negócio sob a mesma razão social ou sob a mesma firma ou nome individual.
- c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- d) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leandro Signori

97. A respeito das transformações da globalização na ordem política e mundial, assinale a alternativa correta:

a) A difusão de grandes empresas transnacionais e a divisão de suas atividades econômicas para qualquer parte da Terra deve-se, sobretudo, ao avanço das tecnologias de informação, de comunicação e de transportes, oriundas em grande parte da Revolução Técnico-Científico-Informacional.

b) A integração dos mercados, por meio dos blocos econômicos, é uma clara contestação dos países à globalização, recusando-se a exercerem atividades comerciais com aqueles que não participam do seu bloco econômico.

c) A fragmentação das grandes corporações transnacionais em várias pequenas empresas aponta para o eminente fim dos Estados nacionais e para uma economia totalmente descentralizada, favorecida pelo contínuo avanço e valorização das moedas digitais, como o Bitcoin.

d) As mudanças provocadas pela globalização não expressam as relações de poder entre as nações, tornando-a um processo democrático e justo.

e) O fim de milhares de empregos e os problemas ambientais globais mostram o lado negativo e perverso da globalização, que só podem ser resolvidos revertendo esse processo ainda em curso.

98. “O principal cientista por trás do projeto nuclear iraniano, Mohsen Fakhrizadeh, foi morto nesta sexta-feira (27) em Damavand, na província de Teerã. Segundo o Ministério da Defesa do Irã, ele estava em um carro quando foi baleado e chegou a ser hospitalizado, mas não resistiu.”

Disponível em: <https://glo.bo/3qu3wEf>. Publicado em 27/11/2020. Acesso em 13/12/2020.

Sobre o Irã e seu programa nuclear, assinale a alternativa correta:

a) O governo iraniano acusou os Estados Unidos e a CIA (agência de inteligência norte-americana) pelo assassinato.

b) Apesar das recentes tensões entre Irã e Estados Unidos, durante seu governo, Donald Trump tem buscado aproximar-se do país e intensificar o comércio entre ambos.

c) O programa nuclear iraniano segue se expandindo após o assassinato do general Qasem Soleimani, no início de 2020.

d) Imediatamente após a morte do cientista iraniano, o país bombardeou instalações petrolíferas da Arábia Saudita.

e) A Organização das Nações Unidas (ONU) tem atuado decisivamente para atenuar as tensões entre o Irã e seus opositores.

99. “O Chile arquivou no domingo os últimos resquícios da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) com uma votação contundente a favor da revogação da Constituição herdada do regime e, agora, o país segue para atualizar uma democracia que viveu por 30 anos sob as regras estabelecidas pelo governo cívico-militar.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/y3wkrjkv>. Acesso em 13.12.2020

Sobre a elaboração de uma nova Constituição chilena, são feitas as seguintes afirmativas:

I - A proposta de elaboração de uma nova Constituição foi uma das pautas apresentadas nas negociações derivadas dos massivos protestos que se espalharam no país no segundo semestre de 2019, desencadeados pelo aumento do preço dos combustíveis.

II - A nova Constituição será elaborada por uma Assembleia Constituinte, com os constituintes eleitos exclusivamente com essa finalidade, com paridade de gênero e uma cota especial para os membros dos povos originários.

III - Uma das principais demandas dos manifestantes chilenos para a nova Carta Magna do país é a de que o Estado tenha uma maior participação e envolvimento no fornecimento de serviços básicos, como os de saúde, educação e energia, atualmente, delegados em grande parte ao setor privado.

Estão corretas as alternativas:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) II e III.

100. “O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu nesta quarta-feira (28) manter a taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, em 2% ao ano.

A Selic foi fixada em 2% ao ano na reunião de agosto – no menor patamar da série histórica – e, depois, mantida no mesmo patamar em 16 de setembro.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/y3pef5h9>. Acesso em 09.11.2020

A respeito desse assunto e da economia brasileira, são feitas as seguintes afirmativas:

I - A Selic é a taxa básica da economia e serve de referência para outras taxas de juros e para remunerar as aplicações e títulos que a utilizam como referência.

II – Os juros básicos são um mecanismo utilizado pela Banco Central para controlar a inflação e estimular a economia.

III - O aumento da taxa de desemprego foi utilizado como justificativa para a manutenção da taxa básica de juros.

IV - A inflação se elevou nos últimos meses, em que ganhou destaque a expressiva alta dos preços de alimentos.

Estão corretas as alternativas:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) Todas estão corretas.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-Cartórios-20-12>

Conheça nossa assinatura

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>



Conheça nossos cursos

[Cursos para Cartórios](#)